



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 77

Sessão Ordinária de Junho

2.ª Reunião de 02-07-2004

Aos dois dias do mês de Julho de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Vogal André Bastos Malva Quinteiro na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Fernando Ribeiro Martins, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Maria Isabel Almeida Velada, João Alberto Simões Barbosa, Alberto Oliveira Neto, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, Maria Fernanda Santos Henriques Cunha, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel Marques Oliveira, Fernando Vieira Ferreira, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel Santos Salavessa, Élio Manuel Delgado da Maia, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Pedro Machado Pires da Rosa, Nuno Rosa Silva Barata, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e o Vereador Joaquim Manuel Silva Marques.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, pelos sucedâneos Nuno Rosa Silva Barata e António Fernando Ribeiro Martins.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Manuel Júlio Braga Alves, Álvaro Patrício do Bem, António Ildebrando Nunes Costeira e Victor Manuel da Silva Martins, se fizeram substituir nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro, Alberto Oliveira Neto, Maria Fernanda Santos Henriques Cunha e Vítor Manuel Marques Oliveira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Santos Costa)

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)

Presidente da Mesa

Vogal Paulo Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito boa-noite a todos. Pareceu-me adequado usar um ponto em que o Presidente relata as principais actividades camarárias dos últimos meses, como enquadramento de uma intervenção que tenta analisar a actividade passada e questionar o futuro.

A motivar este contributo surge também o meu entendimento pessoal de que a Comunicação da actividade camarária se tem centrado excessivamente em questões relacionadas com a obra física realizada em detrimento das inúmeras actividades levadas a efeito em funções de gestão e dinamização dos equipamentos, do tecido social e da actividade económica.

Diga-se a este respeito, que é perfeitamente compreensível que o volume e dimensão das obras realizadas ofusquem em certa medida as restantes componentes da vida autárquica. Ainda mais, quando os equipamentos construídos têm reconhecida importância para o concelho e para a região.

O meu desafio é portanto que se passe a debotar algum espaço no debate e comunicação autárquicos a questões que os anglo-saxónicos designam como “soft”. O “timing” para este ajustamento parece-me perfeito.

Estão praticamente finalizados um conjunto de grandes investimentos, dos quais cito apenas: o Estádio Municipal; o Teatro Aveirense; a rede de saneamento; o Parque de Feiras e Exposições, etc. — E termina no Domingo o maior evento que Aveiro alguma vez acolheu. Proponho-me então abordar duas temáticas:

Primeira temática -Desporto, Lazer e Turismo. Esta é a área que exigiu o maior esforço financeiro alguma vez efectuado no concelho de Aveiro e que engloba um elemento de planeamento que poderá ser um dos mais estruturantes para a região. Falo evidentemente do Estádio Municipal de Aveiro (a obra mais emblemática) e do Parque Desportivo (o substrato estratégico).

Sem detalhar relembro também a reabilitação de vários equipamentos desportivos em escolas do concelho e a construção e manutenção de vários espaços públicos para o mesmo efeito.

A título complementar cito as várias intervenções realizadas ao nível do planeamento, planos de pormenor já aprovados (P. P. Centro) e a reabilitação urbana (muros da Ria) que transformaram Aveiro numa cidade onde se pode usufruir, com condições excepcionais, do espaço exterior. Diga-se aliás que a própria realização do Euro 2004 contribuiu para esta componente, obrigando a um conjunto de obras que transformaram Aveiro num espaço capaz de receber, como nenhum outro, visitantes do mundo inteiro.

Nesta matéria vislumbra-se a continuação de um investimento fortíssimo por parte da autarquia do qual o Programa Polis é apenas um exemplo.

Este volume de investimento não pode evidentemente deixar de ser enquadrado em objectivos com alcance futuro, como por exemplo: Tornar o concelho de Aveiro conhecido pela grande percentagem de pessoas com hábitos de prática desportiva; Criar um sistema de gestão e manutenção dos equipamentos exemplar; Rentabilizar o investimento realizado de forma transversal.

Face a estes objectivos torna-se, a meu ver, premente colocar as seguintes questões: Com que iniciativas pensa este Executivo contribuir para incentivar os cidadãos aveirenses a praticarem mais desporto? Pensa envolver os parceiros educativos nesta tarefa? Pensa mobilizar instituições sem fins lucrativos para este objectivo? Pensa colaborar com as Juntas de Freguesia nesta empreitada?

Que modelo de gestão pensa esta câmara adoptar para que os equipamentos construídos não se degradem e para que sejam utilizados de forma correcta? Conhecem-se casos exemplares a copiar? Que parceiros pensam envolver nesta tarefa?

Que tipo de rentabilização espera a Câmara obter dos grandes investimentos efectuados? A promoção de actividades económicas relacionadas com o turismo “saudável” faz parte da fórmula a adoptar? Se sim, será que uma promoção turística eficiente e eficaz, pode ser realizada estritamente no âmbito da Rota da Luz? Como se podem ultrapassar os constrangimentos existentes nesta área?

Segunda Temática – Serviço Autárquico.

Os avanços ao nível das infra-estruturas nesta área são notáveis. De uma Câmara com instalações velhas, com Serviços dispersos e operando sem ferramentas adequadas, por exemplo ao nível informático, passámos a ter uns Paços do Concelho dignos de Aveiro, com condições e ferramentas apropriadas para os funcionários camarários e serviços concentrados num único edifício.

Nesta área impõe-se a meu ver o estabelecimento de objectivos ambiciosos ao nível da qualidade, da eficiência e da eficácia do serviço. A título de exemplo: Tornar a autarquia aveirense num município conhecido pela inovação no serviço prestado; Ter os serviços mais rápidos, mais simpáticos e mais eficazes do país; Certificar a qualidade do serviço prestado segundo modelos considerados adequados; Obter níveis de produtividade excelentes; Ter funcionários com grau de satisfação no trabalho acima da média.

Tendo em contas estes objectivos, pergunto:

Como pretendem estimular a inovação? Que agentes poderão ser envolvidos na angariação de ideias inovadoras? Pensa este Executivo implementar um sistema de indicadores que permita monitorizar os serviços, detectar melhorias e corrigir desvios? Se sim, pensam adoptar “benchmarks” externos? Pensam tornar públicos a evolução de alguns destes indicadores?

Pensam envolver o input dos cidadãos na engenharia do serviço? Como avaliam o impacto do programa Aveiro Digital em termos do funcionamento interno e serviços prestados? Que projectos concretos nesta área estão a ser planeados ou implementados? Pensam

descentralizar serviços e funções? Que aposta tem vindo a ser feita na formação dos funcionários?

Analisadas apenas duas temáticas e postas todas estas questões permitam-me resumir as minhas palavras da seguinte forma: Esta Câmara Municipal não pode limitar-se a trabalhar 'hard' mas também deve pensar 'soft'. Ou dito de outra forma: para que algumas conquistas sejam sustentáveis, é essencial complementar o trabalho admirável realizado até ao momento com um debate e actividade profundos em áreas com menor impacto visual mas igual relevância para o cidadão.

No ponto 8 da Comunicação Escrita do Presidente, lê-se que «nem só de obras vive o concelho». Espero poder interpretar esta frase como sinal assumido por este Executivo.»

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Teresa Fidélis (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ▲

“Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de fazer a intervenção que pretendia gostaria de expressar um voto de pesar pelo falecimento de Sofia de Melo Breyner Andersen, que há poucos anos recebeu o doutoramento “honoris causa” pela Universidade de Aveiro.

Trata-se talvez (e digo trata-se porque permanecerá viva na sua extensa e bonita obra poética) da autora de particular sensibilidade e qualidade entre os poetas contemporâneos no nosso país.

Gostaria apenas de fazer uma breve intervenção com duas felicitações e uma questão ao Senhor Presidente da Câmara.

A primeira felicitação tem a ver com a intensa e qualificada actividade associada ao ‘Euro’ em Aveiro.

O seu sucesso justificará a excessiva imodéstia (qual linguagem propagandista) com que, no meu entender, é traduzida na Comunicação do Presidente que agora estamos a apreciar. No entanto sou a primeira pessoa a testemunhar que a cidade esteve de facto em festa e confesso que não gostando tanto de futebol e sendo eu tão crítica à construção de 10 novos Estádios de futebol (nomeadamente o de Aveiro), num país com tantas carências sociais, educativas e culturais, me rendi à animação e à alegria que se tem vivido nesta cidade, associadas directa e indirectamente ao Euro.

Felicito pela organização dos aspectos ligados aos jogos de futebol e ao sistema de mobilidade dos participantes, felicito pela organização dos eventos culturais que os acompanharam e, felicito, também, pelas intervenções de “alindamento” da cidade, algumas duradouras e que coincidiram com esta época como é o caso da envolvente ao Parque da Fonte Nova. Criou-se um novo espaço de partilha entre a Ria e a Cidade. Está excelente, muito embora acredite que em algumas zonas as opções e os materiais usados pudessem ter alternativas mais leves, com menos pedra, menos betão e mais solo permeável.

Estes momentos e estas iniciativas fazem-nos ver Aveiro com olhares renovados de admiração mas também de sonho por novas qualidades, por inovadoras e eficazes políticas públicas, e reforço alguns aspectos da intervenção do Dr. Paulo Jesus. Espero agora que a população e as instituições locais (sobretudo a Câmara Municipal) saibam aproveitar este potencial que soçobrou com toda esta actividade.

Espero também, que as operações de alindamento da cidade, constituam uma motivação, não para esconder e adiar, mas para resolver de facto problemas, ou interceder para a sua resolução, através dos mecanismos disponíveis.

Estou a referir-me, por exemplo, à intervenção junto ao prédio do extremo da Avenida Sá-Barrocas, onde já foi garantida a passagem de peões com a devida segurança e onde as

quase “arqueológicas” fachadas de tijolo e cimento foram escondidas com enormes ‘placares de publicidade.

Aproveito também, esperando ter a concordância do Sr. Presidente da Assembleia, uma vez que se trata de um assunto subsequente à elaboração da Comunicação do Presidente, para felicitar a Câmara Municipal pelo apoio que proporcionou ao ontem inaugurado Centro de Ciência Viva de Aveiro, na antiga fábrica de moagens do concelho.

Ao contrário do que é habitual, não foi traçado nenhum projecto arquitectónico para o local, optando-se por limpar o espaço, ordená-lo e criar o novo museu da ciência, sob a orientação do Prof. Paulo Trincão da Universidade de Aveiro. Estamos perante uma excelente forma de ligar a preservação do património industrial da cidade de Aveiro com a divulgação de forma inovadora e original da ciência.

É mais um motivo de promoção e um factor competitivo para que Aveiro se afirme na rede de cidades médias do país.

Pena é que em tempos um Executivo tenha permitido a construção de um edifício anexo à fábrica, que ao invés de “disfarçar” a fábrica, como provavelmente pensado, transfigura e descaracteriza aquela que podia ser assumidamente uma pequena zona industrial reconvertida no interior do tecido urbano.

Para terminar, gostaria de colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Tendo sido membro de uma Comissão Eventual desta Assembleia (que, tanto quanto sei, não foi extinta entretanto) para acompanhamento do Plano de Pormenor do Parque, e tendo em conta que o mesmo se encontra já em fase de discussão pública, gostaria de saber se houve alguma evolução relativamente as preocupações manifestadas por aquela Comissão através de Relatório apresentado a esta assembleia, designadamente acerca dos terrenos dos Armazéns Gerais e acerca da controvérsia existente entre a Câmara Municipal, a Administração Regional de Saúde e a Administração do Hospital, no que respeita a parte dos terrenos adjacentes ao Hospital.”

Presidente da Mesa

“Eu também tive conhecimento do falecimento da poetisa Sofia de Melo Breyner Andersen (estava a jantar à pressa e a verdade é que me passou).

Esta Senhora foi um vulto muito distinto da vida cultural nacional. Tem poesias fabulosas...fabulosas! Preocupada com as crianças, contos para as crianças...preocupada com os desvalidos e com os deficientes — e foi deputada à Assembleia Constituinte; que é uma coisa que nem toda a gente sabe. E a ela se devem todos os preceitos que referem os direitos dos deficientes. Era realmente uma mulher notável. Era idealista, não via mal em nada, queria o bem de tudo e de todos e pensava que toda a gente era como ela. Era uma alma de bem e era em termos de literatura um génio. Há quem entenda que devia ter sido prémio Nobel da Literatura. Portanto não penso que seja excessivo sublinhar tudo o que já foi dito e sublinhar esta vertente política. Foi deputada à Constituinte, que foi um momento importante da vida do nosso país.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. O deputado Manuel Coimbra fala de um agravamento de meio milhão de euros no passivo da Câmara. Como todos bem sabemos, quando se fala em agravamentos é bom sempre referir relativamente a quê. Porque comparando o mês homólogo (Junho, com Junho do ano passado), o passivo financeiro aumento de 26,2 milhões para 34,4 milhões! Ou seja, 8 milhões de euros num ano!? Quase 50 por cento de

aumento. Portanto é preciso ter sempre este cuidado de relativizar, de dar-mos a referência a que dizem respeito os dados.

Também a dívida financeira aumentou — dado que foram contratados novos empréstimos neste período. Mas comparando Junho de 2003 com Junho de 2004 (pasmem-se) a capacidade utilizada de endividamento diminuiu de 37,7% em 2003, para 23,3% em 2004. Ou seja, o município de Aveiro tem mais de 75% de capacidade de endividamento — isto é espectacular!?

Se isto não fosse o resultado de uma fórmula absurda de cálculo da lei, não deixaria de dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara. Só que de facto isto é o resultado de uma fórmula absolutamente absurda de cálculo, repetidamente denunciada pelo PCP.

A Comunicação do Sr. Presidente, segundo a lei, tem a obrigatoriedade de prestar “Contas” em paralelo das empresas em que o município participa. Desta vez não veio nenhuma informação!? Mas eu considero, que tendo havido o Euro 2004 esta seria sem dúvida uma sessão em que se exigiria uma informação da actividade da EMA e da PDA.

Não entendeu assim o Sr. Presidente, por isso há um conjunto de questões que queria colocar.

Em primeiro lugar uma que tem a ver com os acessos. É sabido que em relação aos acessos ao Estádio há algum incumprimento por parte do poder central, mas também é evidente que há incumprimento de objectivos por parte da EMA e da autarquia.

Tenho conhecimento de casos de particulares, próximos do Estádio, que foram abordados por funcionários dos serviços municipais com processos de expropriação com carácter de urgência por causa dos acessos para o Euro 2004 — acessos que não tiveram qualquer evolução!

Portanto, tendo caído a urgência invocada na deliberação municipal relativamente a esses processos, como é que a Câmara está a encarar as suas relações com os particulares nesses casos em que os acessos não foram construídos?

Em segundo lugar, tenho conhecimento de que há uma grande confusão entre particulares, sobre quais são as funções e os passos de intervenção da EMA e da PDA. E também muita indefinição relativamente àquilo que são os projectos concretos. O que dá azo a coisas como esta: há proprietários de terrenos que são abordados pelos serviços municipais, sendo-lhes indicada a expropriação ou compra por valores na ordem dos 5 euros para necessidades do Parque Desportivo, e que logo a seguir aparecem pessoas ligadas a grandes grupos de construção de Aveiro, que oferecem mais 50 cêntimos por cada metro quadrado. E as pessoas porque não sabem se o seu terreno é passível de vir a ser expropriado por utilidade pública ou não, mas como já alguém da Câmara passou a falar em 5 euros, vendem por 5,50€. E há grupos de construtores que estão a fazer a sua bolsa de terrenos na zona abrangida pela PDA, com terrenos adquiridos desta maneira.

O que é que isto coloca? Coloca a necessidade de uma definição muito clara e muito urgente de saber quais os terrenos que vai ser dada utilidade pública, senão este processo obscuro de obter terrenos vai continuar e não é admissível — e a Câmara não pode tolerar que esta situação se prolongue.

Terceiro aspecto. Obras da EMA mal previstas, ou mal programadas, ou mal acabadas e de alguém que anda a deitar lixo para debaixo do tapete.

Distribuí à Mesa, às bancadas e à comunicação social, cópias de fotografias. Estas fotografias são da estrada que vai do final de Azurva para Taboeira, passando pelo Estádio Municipal de Aveiro — uma das estradas que serviriam de acesso municipal ao Estádio e que não foi concluída.

O que é que nos mostra esta fotografia? Aparentemente uma enxurrada de água — mas não! Não é nada de isso. Ao lado desta estrada corre uma conduta de esgotos do Estádio. O que se vê aí, aparentemente, é um rebentamento! Mas eu estou em condições de dizer que

não é. No dia do primeiro jogo há uma máquina que vai rebentar a conduta para que possa haver escoamento para a vala hidráulica que corre ali em baixo!?

Isto é uma acção deliberada, no dia do jogo, para dar escoamento ao “sugo” produzido no Estádio no dia do jogo e que não tinha vazão! Este caudal que vêm vem do Estádio. Foi assim no primeiro dia e repetiu-se no segundo jogo.

Há portanto um sistema de esgotos que foi previsto, que não funcionou, e que alguém deliberadamente foi pôr a funcionar varrendo o lixo para debaixo da mesa — pondo o “sugo” a correr para a vala hidráulica!?

Eu estive hoje no local e continua! É evidente que hoje não tem a dimensão que teve no dia do jogo. Como é que é possível? Foi obra mal prevista? As bombas elevatórias não foram colocadas? Como é que é? Era necessário uma explicação a esta Assembleia porque isto é um atentado contra o ambiente, etc, etc.

Outro assunto. O Sr. Presidente de Oliveirinha pode começar a esfregar as mãos, pôr a iluminação, porque tem todas as possibilidades de ganhar o concurso público que o Beira-Mar vai abrir brevemente para a utilização de um outro estádio que não o Estádio Municipal. Pela notícia da “Bola” de 3.ª feira passada, a mudança está ameaçada por 330 mil euros que a EMA não paga — portanto o protocolado desde 5 de Setembro do ano passado, precisa de uma explicação. Cá está outra vez o Beira-Mar a dizer que a Câmara não cumpre aquilo a que se compromete. E por outro lado (o que é estranho), põe em causa o próprio protocolo colocando e questionando o facto de os camarotes estarem a ser comercializados pela EMA.

Eu acho que esta notícia não prestigia Aveiro e coloca mais uma vez dúvidas relativamente à possibilidade de nós estarmos perante um “elefante branco” cuja manutenção pode vir a custar muito à Câmara Municipal de Aveiro.

Por isso enquanto a “festa” dura, digo que depois da “festa” vai ser preciso ver este conjunto de questões. Daí que, das duas uma, ou a Comissão do Euro fecha os seus trabalhos procedendo a um balanço ou a CDU agendará esta questão como ponto específico na próxima sessão.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

B

Vogal Filipe Brandão (PS)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

C

“Senhor Presidente, eu vou tentar então responder ao conjunto de questões que me foram colocadas.

Em primeiro lugar sobre a Praça do Peixe, algumas referências que foram aqui feitas pelos senhores deputados. Eu devo dizer que estou muito surpreendido com o que se tem passado na Praça do Peixe e sobretudo estou surpreendido com a ressonância do que tem passado e que tem tido em alguns órgãos de comunicação social.

Em situação normal quando uma sanita entope chama-se o canalizador — ali quando a sanita entope chamam-se os jornais! E isto faz-se imediatamente antes de darem oportunidade aos serviços da câmara de repararem a situação. E portanto eu dispenso-me de dizer mais sobre o que se está a passar na adaptação dos operadores ao mercado. Não quero estabelecer juízo de intenção ou de más intenções sobre ninguém. Acho que realmente temos que relativizar e dar importância que as pequenas coisas como esta merecem — e subscrevo inteiramente a reacção do Senhor Vereador Domingos Cerqueira. Cada um tem o seu estilo, eu provavelmente não o diria com aquelas palavras, mas as

causas que o levaram a ter aquela reacção e se tivessem presenciado e ouvido o contexto em que as afirmações foram proferidas, percebo perfeitamente que as tenha tido.

Ele estava cheio de razão, a Câmara está cheia de razão. Há pequenas adaptações que nós quisemos imediatamente fazer e que não nos foi dada oportunidade — vá-se lá saber porquê. E portanto, penso que temos uma praça renovada, com boas condições, com muito melhores condições do que aquelas que existiam antes e espero que este triste episódio, que enfim... que esteja rapidamente ultrapassado.

Depois houve aqui uma intervenção muito interessante, eu diria de futuro e de reflexão sobre o futuro, do Paulo Jesus, sobre o que deve ser e o que pode ser a nossa gestão dos equipamentos que temos vindo a construir, quer no sector de desporto, quer no sector dos equipamentos económicos. E o exercício, a reflexão, podia ser alargada a outro tipo de equipamentos, designadamente escolas. E eu queria dizer-vos que nós temos tido também essa preocupação. Designadamente, logo à partida, quando se projecta um equipamento destes sobre uma infra-estrutura destas, como se sabe, deve ter-se logo um conjunto de preocupações sobre a gestão e a exploração sustentada no futuro e portanto, dotar esse equipamento de algumas valências que permitam essa mesma sustentação financeira. É por isso que hoje mesmo temos aqui pendente na Assembleia Municipal a construção de uma empresa municipal para a gestão do Parque de Feiras, porque nos parece que é importante profissionalizar a gestão, haver uma gestão dedicada, dotada de um conjunto de meios e com os parceiros estratégicos que são importantes e decisivos para que esse belíssimo equipamento possa ser optimizado. E o ‘estudo’ demonstra de facto que se as coisas correrem apenas razoavelmente teremos uma gestão equilibrada desse equipamento, para além de toda a importância estratégica.

É por isso que constituímos uma empresa municipal que até agora respondeu a todos os objectivos para os quais tinha sido constituída, que estiveram na sua origem — a conclusão atempada da construção do Estádio. E o desafio está agora de pé que é, conseguirmos uma gestão equilibrada da parte não desportiva. Um parêntesis para dizer que eu não li a ‘Bola’. O que li na ‘Bola’ decidi-me a dizer que não li a ‘Bola’. Porque nós já várias vezes lemos a ‘Bola’ com declarações do mesmo teor e felizmente temos tido a capacidade de saber esquecer algumas afirmações irreflectidas e certamente precipitadas. E essa capacidade de esquecer algumas dessas afirmações que são muito do “futebolês” e pouco do que recomendaria uma coordenação sensata e serena entre as duas entidades tem permitido que esta aposta no Estádio e na gestão do Estádio se continue a fazer com sucesso e sem grandes percalços e que tenhamos conseguido fazê-lo, antes de outras cidades com problemas equivalentes. Como sabem só poucos dias antes do Euro é que conseguiram resolver e assinar o quadro jurídico para a gestão futura. E portanto, é mais um episódio... (ouve-se vozes) eu não sei se o título é verdadeiro se é mentiroso — sinceramente não me recordo do título. O que eu sei é que obviamente, e eu queria dizer isto aqui, o Beira-mar vai jogar no novo estádio, isso nunca esteve em causa e o resto é para vender jornais e para criar títulos sensacionalistas e para criar alguma animação em torno enfim, uma má animação, mas sem nenhuma consistência em relação aquilo que se vai passar no futuro.

A seguir gostava de dizer que nós não fizemos só grandes equipamentos. Os grandes equipamentos têm maior visibilidade evidentemente, mas tivemos o cuidado e fomos dizendo isso aqui e acompanharam-nos os membros da Assembleia Municipal nas opções que foram feitas. Tivemos o cuidado ao longo destes anos ir renovando e requalificando a rede de equipamentos desportivos necessários e fundamentais para as actividades amadoras. E é por isso que o Senhor Deputado Armando Vieira agora se pode vir queixar de lhe faltar iluminação num dos campos, dos dois que tem agora em Oliveirinha! Um dos quais relvado e depois de uma importantíssima remodelação no Centro Desportivo de

Oliveirinha. Porque fizemos isso. Recordam-se que a aposta era ainda mais ambiciosa, era termos cinco, dez, campos relvados que fossem a retaguarda daquele grande Estádio — e que justificassem de facto a nossa aposta na prática do desporto amador. Não foi possível fazer dez, mas estamos quase a chegar aos cinco. E estamos, ao contrário do que o Senhor Deputado também disse, que entusiasmado com as suas próprias palavras, disse coisas excessivas e que certamente não queria dizer. Tais como dizer que após vinte e oito anos de democracia as freguesias rurais estão ao abandono! Estão abandonadas. Disse isso. Entusiasmou-se. Eu sei que não quis dizer, mas entusiasmou-se. Eu estava a ouvi-lo e estava a pensar isso. O senhor Armando Vieira está distraído com a retórica em que vai envolvido e está a dizer uma coisa que não quer. Porque se olharmos para trás nestes vinte e oito anos, realmente o que se fez por essas freguesias rurais é um progresso enormíssimo. E a Freguesia de Oliveirinha é daquelas que realmente não se pode queixar (à parte da questão do saneamento) porque tem uma belíssima Junta de Freguesia. Um Auditório que concita a inveja de todos os autarcas de outras latitudes, não dos de Aveiro que também vão ter os seus auditórios, mas de outras latitudes. Tem uma piscina; tem um campo relvado com iluminação que eu vejo todos os dias da estrada; tem um campo de treinos; tem um centro escolar; uma escola ótima; tem o progresso na Freguesia de Oliveirinha; tem sido nos últimos dez anos absolutamente notável. Absolutamente notável.

Bem isto só para dizer que a preocupação que o Paulo Jesus expressou é de facto uma preocupação fundamental. Nós não podemos ser apenas bons construtores civis de equipamentos, temos que tê-los adaptados às nossas necessidades e às nossas possibilidades e todos defendemos isso. E por isso, temos discretamente, porque de facto são iniciativas com menor visibilidade, temos incentivado e estimulado a prática do desporto em todos os escalões etários nas escolas, os mais idosos — temos vindo a fazer isso. Temos vindo a impor isso nos protocolos que celebramos com os clubes profissionais para que eles possam ir às escolas motivar as crianças para a prática do desporto. Portugal é um país que assiste muito a espectáculos desportivos, mas pratica muito pouco desporto. E quanto mais formos a praticar desporto, maior é a possibilidade depois de se recrutarem gestores para desporto, gente que goste de desporto, que conheça, que seja da área e que tenha a capacidade de gerir estes equipamentos exigentes e de grande qualidade que estamos a ter.

A questão do Turismo é uma questão mais complexa. E claro que uma cidade como a nossa, que na rede das cidades médias portuguesas começa a ficar dotada de um conjunto de equipamentos que a prepara e que a habilita a receber grandes eventos, precisa de uma política de marketing de cidade muito mais agressiva, que estamos cientes que é necessário fazer. Mas não nos devemos esquecer que a política de Turismo em Portugal está neste momento numa encruzilhada e nalgum impasse. As sucessivas mudanças de orientação e de “pasta” nesta matéria, não tem ajudado à clarificação. O que todos sabemos é que as Rotas de Turismo, a Rota da Luz e todas as demais, não têm meios financeiros para fazerem uma política de promoção turística focalizada, estrategicamente, como devem fazer. E as Câmaras também não têm o recurso financeiro para tal. E portanto, há aqui de facto que arrumar a casa em termos de promoção turística no país e das regiões e das cidades, para que essa promoção se possa fazer com escala e com a qualidade que tem que ser feita.

Também sobre a preocupação do Senhor Armando Vieira expressou sobre as debilidades financeiras das autarquias, em especial das freguesias, eu não posso senão apoiá-lo. Há unanimidade quer na ANAFRE, quer na ANP, sobre a necessidade de urgentemente se rever a lei de financiamento das Autarquias. Este Governo já indicou um responsável para começar a trabalhar nessa reforma. O Partido Socialista, responsabilmente, também está disponível para estudar essa reforma — e esperemos que o novo Governo que aí vem possa

tomar esse dossier, como um dos dossiers prioritários. Porque é sentido na pele, no dia-a-dia pelos autarcas das freguesias e também pelos autarcas das câmaras municipais.

Nós temos competências a mais e não temos meios. As freguesias têm competências a menos, se calhar gostariam de ter mais, e não têm meios nenhuns. E portanto há uma grande revolução no financiamento das autarquias que tem de ser feita, sobre pena de nós estarmos a financiar um campo relvado em Oliveirinha e a Autarquia não ter meios para pagar um corta relvas. Isto é um absurdo! Isto é um absurdo! Nós temos que ter essa capacidade. E o programa avançou assim como alguns se recordarão: a Câmara fazia o relvado, a iluminação, os balneários, e a Junta e o Clube assegurariam o corte da relva e a manutenção dos espaços. Quando as freguesias nem estas obrigações mínimas conseguem assegurar de facto temos que nos interrogar a todos sobre qual é o futuro que estamos a construir — e isso tem a ver realmente com as capacidades financeiras das autarquias e das freguesias em especial.

Serviços Autárquicos. Foi também uma boa reflexão. Devo dizer que aí nós sentimo-nos por um lado particularmente à vontade, porque temos feito um enormíssimo caminho. E por outro lado, continuamos muito insatisfeitos. Acho que a Câmara de Aveiro tem a obrigação e tem essa meta, de poder afirmar publicamente e testá-lo, e comprová-lo, todos os dias, de que possui Serviços públicos de excelência. Nós não nos podemos conformar apenas com Serviços suficientes — porque Serviços maus, evidentemente, são para corrigir. Não nos podemos conformar apenas com a suficiência dos nossos Serviços. Temos que ser cada vez mais ambiciosos e exigentes e esses passos tem vindo a ser dados. Têm vindo a ser dados em três, quatro, direcções: concentração de Serviços, como sabem e como aqui foi lembrado, nós estivemos dispersos por sete, oito edifícios, com todas as ineficiências que podem imaginar. A concentração de edifícios não foi o mais fácil, mas estamos a chegar lá. Espero que em Setembro pela primeira vez na história recente da Câmara de Aveiro todos os Serviços Técnicos da Câmara possam estar concentrados no edifício da Fábrica Campos, com excepção dos Serviços Municipalizados. É um marco importante na organização do serviço.

Formação dos nossos colaboradores. Nós estamos com números absolutamente fantásticos na formação profissional dos nossos colaboradores e remeto-vos para o balanço social deste ano que mostra de facto a progressão de 300, 400, 500%, que temos feito em relação às acções de formação que eram feitas em anos anteriores.

Qualificação, evidentemente. E inovação no sentido não apenas tecnológico, temos “upgraid” todos que temos que ter, mas sobretudo no sentido de termos um sentido crítico, permanente, sobre os procedimentos, métodos, e a qualidade do serviço que estamos a prestar. Isto está a ser feito de forma monitorizada. Temos realmente alguns índices que nos permitem detectar agora onde é que estão os principais bloqueios. Qual é o tempo médio, por exemplo para falar na parte da gestão urbanística que é uma das mais difíceis, o tempo médio de análise dos processos, onde é que estão os bloqueios, e espero daqui a seis meses com aquilo que está a ser feito, poder convidar os senhores jornalistas e todos os senhores deputados a visitarem o nosso sector de gestão urbanística e a perceberem a grande revolução que ali vai ser feita e os resultados concretos, que nos vão permitir acabar com algumas ineficiências que ainda sentimos nesses serviços.

O Parque da Fonte Nova. Queria só sublinhar que foi um bom investimento que se fez, mas é um investimento que veio para ficar. Nada do que ali foi feito por ocasião e antecedendo os dias do Euro vai ser retirado. ficará para sempre. E que ainda vai ser melhorado logo que sair o pavilhão hexagonal, a zona verde aumenta e permite a instalação de outros equipamentos. Portanto houve também esse cuidado de fazer um conjunto ou concentrar um conjunto de condições urbanas de requalificação, de alindamento, algumas estruturais,

que não foram específicas para o Euro, mas que foi possível tê-las prontas a tempo para esse evento e que vão continuar.

O Plano de Pormenor do Parque. Queria transmitir a todos que estão ultrapassadas as reservas que existiam com a Administração Regional de Saúde. De facto está em inquérito público, já com todos os pareceres que tínhamos que ter favoráveis. E portanto, não prevejo que haja nenhuma dificuldade. É um Plano que já foi apreciado por esta Assembleia e que virá cá em termos formais logo que terminado o inquérito público. E que é também muito urgente para que toda aquela zona agora possa ser objecto de intervenção qualificadora que conhecem.

O Centro de Ciência Viva. Eu acho que merece também uma palavra de felicitações à Universidade de Aveiro que é a entidade promotora. A Câmara é parceira do projecto, mas é a Universidade de Aveiro que liderou e que lidera e que teve a iniciativa e que vai liderar este Centro. Vale a pena lembrar isto, porque por um lado, pela iniciativa em si mesma é uma iniciativa que aposta na divulgação e na vulgarização da cultura científica, e se é verdade que a investigação científica nunca pode ser banalizada porque por definição ela é muito exigente e tem que ser veiculada e feita nos Institutos e nas Universidades que têm as metodologias próprias para o fazer. É também verdade, que é importante nós termos estes Centros em que jovens e nós leigos, nos cruzamos com a ciência, com os resultados, com as pistas, e talvez nessa curiosidade a curiosidade se possa transformar em investigação aplicada para aqueles que consigam dar o salto. E é também uma iniciativa que mostra a qualidade da nossa Universidade. É um sintoma daquilo que somos capazes de fazer. É uma intervenção que pode ser muito qualificante no futuro da nossa comunidade, além de que do ponto de vista da preservação do património constitui uma oportunidade bem agarrada pela Universidade para que não se perdesse um dos mais importantes imóveis da nossa arqueologia industrial em Aveiro e tivéssemos ali um projecto que é muito ambicioso. Abriu ontem uma primeira fase e outras certamente se seguirão, dada a imensidão do espaço que está ali expectante e que vai ser reabilitado.

A Junta de Freguesia da Vera Cruz. Para mim já foi inaugurada. Já lá levámos a população toda, já fizemos lá uma visita de porta aberta a toda a gente que quis lá ir há larguíssimos meses. O Sr. Barbosa tenho ouvido dizer que ele quer fazer mais uma outra festa, o que é natural, é um orgulho, um brio, mas não sei sinceramente porque é que ainda não houve agenda! É uma questão que o Senhor Presidente da Junta pode tentar esclarecer.

Reparação das vias. O Senhor Deputado Manuel Coimbra tentou ser “malandroco”. Citou quatro freguesias, mas esqueceu-se de dizer que outras freguesias, algumas do PSD e outras também do PS, já tinham sido objecto nas semanas anteriores de intervenções. Já tinham sido São Bernardo, Santa Joana, Esgueira... calhou, foram coincidências. Ouça, mas eu não estou a retirar nenhuma ilação, só lhe estou a fazer ver que foram coincidências porque nós começámos as obras em função das urgências e da conclusão da obra de saneamento — e vamos chegar a todas as freguesias como estamos a chegar e agradeço-lhe que tenha registado que de facto a requalificação dos arruamentos já se fez em tantas freguesias.

Sobre a PSP já tudo foi dito, realmente nós também temos muita escassez de meios humanos e de equipamentos que a PSP mantém em Aveiro. Não podemos senão elogiar a forma dedicada e muito profissional. Com os poucos efectivos que tem compensam essa escassez numérica, compensam em qualidade as suas debilidades numéricas e não podemos ter ilusão, valha-me Deus, Aveiro é uma cidade segura e nós que devemos certamente nesta Assembleia fazer eco dos incidentes que acontecem, são incidentes que felizmente não têm tido nenhuma gravidade, devemos estar atentos, não deixar cair em

saco roto, mas também não transmitir de nós uma cidade que não tem vigilância e que não tem prevenção, que não tem repressão. Tem certamente isso tudo.

Era bom que a PSP tivesse mais meios. O Filipe costuma contar com muita graça um episódio que ele próprio assistiu, que eu não posso reproduzir aqui, que é bem o espelho do nosso esforço e de algumas das nossas insuficiências, mas o Filipe conta que ele tem mais jeito para contar. Mas isto para vos dizer, que o balanço sobre esta matéria que fazemos na actividade directamente relacionada com o Euro, na actividade associada à festa do Euro e na criminalidade que foi concomitante é muito, muito, positivo.

A única rixa que ainda hoje (foi hoje ou ontem que eu abri o jornal) li "rixa na praça do peixe" quatro pessoas detidas e depois ouvi na rádio. De facto envolveu uma pessoa com cadastro já bastante completo e portanto, felizmente é uma criminalidade controlada, conhecida e que permite-nos continuar a dizer que vivemos num município muito seguro. E deixem-me dizer-vos uma coisa: eu acho que quanto mais nós investirmos nas escolas, quanto mais nós investirmos em diminuir as taxas de abandono escolar, mais nós contribuímos para que diminuam as taxas de insegurança urbana e de criminalidade urbana. E eu acho que essa é a atitude principal, prioridade máxima, sem descurar evidentemente o trabalho e a dignificação das nossas polícias que neste momento está a ser posta em causa como sabem. Eles próprios em termos sindicais fizeram uma trégua por ocasião do Euro, a situação está muito difícil a todos os títulos.

De resto números são números, como habitualmente cada um lê aquilo que prefere ler. Eu que pensava que hoje vinham dizer que o passivo tinha diminuído porque é o que vem aqui, conseguiram comparar o período homólogo em vez de compararem o trimestre anterior!? Eu não quero ufanar muito disto porque a evolução permite dizer que a situação está estável. Porque diminuámos de facto de 28.711 para 28.640. Não é uma grande diminuição, mas atendendo a todas as despesas que tiveram de ser feitas este mês.

De resto deixem-me dizer que achei muita piada a dizerem que a Câmara de Aveiro ainda tinha uma enormíssima taxa de endividamento, criticando muito essa forma de cálculo (e eu também subscrevo isso), mas queria recordar a todos que a forma de cálculo que é absurda, é absurda para todos os municípios portugueses. E a Câmara de Aveiro com essa fórmula que é absurda para todos os municípios portugueses continua a ter das melhores taxas de endividamento. E é por isso que há muitas Câmaras que estão absolutamente bloqueadas e nós não, porque já esgotaram a sua capacidade de endividamento, mesmo com essa taxa absurda. O que quer dizer que não tem capacidade para o serviço da dívida. Depois gostava só de dizer que os acessos ao Euro e o que se está a passar com especuladores imobiliários eu não tenho conhecimento. Lamento se isso está a acontecer. Se estiverem a adquirir parcelas que vão ser expropriadas, elas irão ser expropriadas pelo valor da expropriação e portanto eles lá sabem que risco é que estão a correr ao oferecer preços mais altos a proprietários — sendo certo que os valores estão tabelados pelo Tribunal e estão fixados. Já tínhamos previsto que isso podia acontecer. Em todo o caso lembrar-lhe que a urgência na expropriação e na conclusão do arruamento se mantêm, porque o contrato programa relativo aos financiamentos para o Euro não se conclui com o último jogo, conclui-se passado uns meses e é preciso utilizar essa linha de financiamento porque é assim que está previsto, uma vez que era previsível que alguma das obras fossem concluídas após o Euro, que houvesse pagamentos após o Euro e essa linha de crédito mantêm-se. Mas é um assunto que estamos a analisar. Já ontem recebemos uma carta nesse sentido e estamos a analisar.

Quanto ao incidente. Eu não queria também ridicularizar ao ponto do que fiz na Praça do Peixe. Porque eu aqui diria: parte-se um cano, em vez de se telefonar aos Serviços Municipalizados, vem para a Assembleia Municipal. Eu acho que o Senhor Deputado António Salavessa, com todo o respeito, eu acho que o Senhor Deputado Municipal com

especial responsabilidade até porque presenciou, antes de vir distribuir fotografias para a Assembleia (que tem sempre um grande efeito), acho que devia ter perguntado aos nossos Serviços Municipalizados ou à Empresa Municipal, o que é que se passa? Houve uma avaria. Deve ter havido uma avaria quer dizer, nós não trabalhamos assim. Portanto se isto aconteceu foi certamente qualquer situação anómala que ocorreu, mas neste momento não tenho informação complementar. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É sobre a questão que eu referi das freguesias. O Senhor Presidente da Câmara com certeza estava distraído e não percebeu o contexto. O que eu aqui disse: é que a democracia portuguesa (e sabe porque é que eu tenho a certeza daquilo que disse Senhor Presidente, porque eu infelizmente sou obrigado a dizer isto todas as semanas, em muitos locais) no plano do Poder Local tem vinte e oito anos e ainda não reconheceu o papel importante das freguesias na consolidação do regime democrático e no desenvolvimento do país — estão abandonadas sobre esse ponto de vista, têm andado abandonadas por todos aqueles que passaram pelo Governo de Portugal nestes anos todos. Foi isso que eu disse, Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

PONTO 2. – CRIAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE AVEIRO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 14/06/2004, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, caros colegas, muito rapidamente porque relativamente à posição de princípio nada tenho a objectar — antes pelo contrário. É de manifesto aos olhos de todos que a possibilidade de gestão sobre a roupagem do direito privado, por contraste aos condicionamentos que presentemente decorrem de toda a legislação que enquadra o sector público, é manifesta, é evidente, que esta nova entidade disporá de uma maior capacidade de manobra de contratação, de relação, muito mais consentânea com a agilidade daquilo que pretende gerir, ou seja lidar directamente com o tecido económico.

Eu pedi a palavra apenas porque me suscitou uma dúvida. A intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que faz a distinção entre a propriedade do imóvel e a gestão por parte da sociedade. É que, sendo ou permanecendo o Parque de Feiras património da autarquia, como aliás acho que não pode deixar de ser a menos que envolvesse uma verba

considerável, não estou a ver que directamente da criação desta entidade seja derogado o regulamento de taxas relativamente aquele espaço. Ou seja, salvo erro, nós temos um regulamento de taxas que abrange o Parque de Feiras e nessa matéria, essa entidade não tem competência para derogar aquilo e portanto, está condicionada na aplicação de taxas nessa matéria. E eu penso que um dos propósitos que terá presidido à criação desta entidade, será precisamente o dela poder flexibilizar também receitas e a contratualização daquele espaço. Portanto, neste momento, por esta simples via, a questão não está acautelada e portanto, seguramente terá sido pensado o modo de o atingir. Muito obrigado.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. É só para fazer uma pergunta porque quer na leitura que fiz dos documentos do ‘estudo’, quer também da introdução que o Senhor Presidente da Câmara fez sobre o ‘estudo’ e sobre o objectivo, eu não vi ali uma coisa que me parece essencial. Principalmente quando se fala, quando o ‘estudo’ fala concretamente em taxas de rentabilidade de 57%. E há uma coisa que eu não vejo. É, que sendo o imóvel pertença da Câmara Municipal, eu não vejo uma previsão (e o Senhor Presidente também não disse) de renda, de aluguer!? Qual é a remuneração do seu capital? Estou a falar de 17 milhões de euros que foi o valor do investimento. Qual é a contrapartida do município, uma vez que a empresa criada fica com uma autonomia total para gerir as receitas, contratualizar o aluguer dos espaços daquele imóvel — esta questão para mim é fundamental. Como é que se calcula a taxa de rentabilidade, sem ter em conta um dos custos principais? Porque os outros custos, como disse o Senhor Presidente e como o ‘estudo’ o refere, são muito leves, são só sete empregados — Como é que este dado é omitido? Muito obrigado.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. O pedido de criação desta empresa municipal, quanto a mim, mostra que o facto de termos já há mais de dois anos criado o novo Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, o que é facto é que: edifício novo, mas acções velhas, motivações velhas, criatividade pouca ou nenhuma. E por isso, aquilo que foi um grande investimento (ainda há bocadinho se falava nisso, até pela própria bancada do partido socialista) que fazem-se os investimentos, mas depois em termos de rentabilização das estruturas, dos equipamentos, não são visíveis. E o Parque de Feiras é exactamente o exemplo do que não se deve fazer para que uma estrutura não fique parada, apesar de ser nova e serem instalações condignas para as feiras que se tem realizado no nosso município. Que é um facto e por isso esta proposta, este pontapé para a frente. Até diria mais: o encontrar um parceiro ideal para se estabelecer esta parceria (e aqui posso dizer que acho que a Câmara tem uma grande sorte) saiu a sorte grande da AIDA querer alinhar neste negócio. É mesmo a sorte grande, porque não é todos os dias que se encontra um parceiro com a qualidade que a AIDA pode trazer a este projecto. Agora, aquilo que gostaria de questionar é se este é o momento certo para a criação da empresa? Como é que a Câmara Municipal de Aveiro que tem a meio os investimentos que se propunha realizar com o Parque de Feiras, já está a pensar em avançar com uma empresa municipal? Eram propostos quatro pavilhões: neste momento estão construídos dois; eram propostos vários parques de estacionamento, que é um facto é que a Avenida do eixo estruturante é que é o parque de estacionamento por excelência e a rotunda para

gáudio de muitos polícias é o parque de estacionamento de excelência do novo parque de feiras. E por isso, parece-me, que não estão a ser criadas, não foram criadas ainda as condições, nem poderão ser, por causa da descapitalização da própria Câmara Municipal de Aveiro, que não poderá nunca realizar as obras que prometeu para que o Parque de Feiras tenha realmente infra-estruturas que possam ser rentabilizadas em termos de ser um Parque de Feiras de excelência para poder atrair investimentos e outros eventos que se pudessem realizar em Aveiro. Por isso, parece-me que este momento poderá não ser, ou questiono-me se este momento é realmente o momento certo para a criação desta empresa municipal, uma vez que o próprio património não está ainda sequer definido, porque estes investimentos não foram ainda realizados.

E outra coisa que gostaria de ver no ‘estudo’ (aceito este ‘estudo’, nestas coisas eu percebo pouco e por isso não consigo analisar tudo em pormenor, tecnicamente em pormenor), mas parece-me que deveria haver aqui a ponderação de outros cenários alternativos; porquê? Bem, há um cenário visto por uma empresa que chega à conclusão que realmente é preciso ter uma certa cautela, mas poderá eventualmente até ter sucesso. Não são assim muito entusiastas, mas se calhar há outras alternativas que podiam também ser questionadas e não são. É a única!? E por isso temos aqui uma proposta única e por isso vejo aqui e é por isso neste momento esta minha intervenção, é mais ainda de reflexão, que não sei bem se é uma boa aposta se não é. Vejo um parceiro que poderá eventualmente ser e parece-me que reconhecidamente é um bom parceiro, mas parece-me que há aqui uma série de debilidades que gostaria de ver reflectidas e respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Obrigado, Senhor Presidente. Também para tecer algumas considerações, embora breves, sobre esta criação do Parque de Feiras e Exposições – empresa municipal. Primeiro aspecto, para dizer que concordo em absoluto que a gestão de espaços deste tipo seja feito por empresas. Eventualmente por empresas municipais; porque não?

Em segundo lugar, para dizer que havia várias maneiras para fazer isto. E penso que a maneira porque se vai fazer (que foi a escolha de um parceiro) é a pior das maneiras. Como é óbvio, havia várias soluções. Uma das soluções era a constituição de uma empresa, mas que essa empresa fosse municipal — 100% municipal. Não havia qualquer problema nisso. Havia até a hipótese de concessionar aquele espaço em regime de serviço público. Fazer um concurso público de concessão e inclusivamente defender já aquela ideia das taxas, porque esse concurso que podia ser aplicado, que podia ser aberto, podia dizer “e as taxas a aplicar são as fixadas e constam deste regulamento”. Também poderia ser feita como eu disse uma empresa municipal só para gerir aquilo; porque não?

Agora, não percebo, porque é que se dá de mão-beijada cerca de 50% do capital à AIDA!? Enfim, posso-a reconhecer como parceiro estratégico. Só que depois o desenvolvimento do ‘estudo’ que aqui é feito vem de facto demonstrar que de facto o ‘estudo’ foi feito em parceria. Mas foi feito em parceria desigual! Isto é: penso que há aqui um parceiro claramente beneficiado que é a AIDA e um parceiro claramente prejudicado que é a Câmara Municipal de Aveiro — e todos nós.

Se não vejamos: quem fez o ‘estudo’, considerou que este projecto tinha um Beta de 1,1 (o Beta como vocês sabem é a avaliação do risco do negócio) Isso significa que o negócio tem um risco muito baixo, mínimo. E tem uma taxa interna de rentabilidade, uma TIR, de 57%

— são números que já não existem! Eu já não me lembro de fazer estudos económicos com TIR de 57% (a não ser aqueles aldrabados que a gente faz para satisfazer os clientes, que se calhar é o caso) há muitos, muitos anos.

Mas vocês vejam: a AIDA vai meter nesta sociedade, nesta empresa, sete mil e quinhentos contos; vai ser o parceiro estratégico; isto é, vai de alguma forma mandar num património muito grande e ainda por cima vai ter uma remuneração de 57%.!?

Eu acho que é um exagero, Senhor Presidente. Eu acho que é um exagero. Porque isso devia de ser colmatado (como aqui algumas pessoas disseram) com algumas rendas que iriam fazer com que a Câmara recebesse, ou melhor, amortizasse o investimento que fez ali. Mas de facto o que está ali não é nada disso. O que está ali é, enfim, eles vão fazer aquilo e ter regime de serviço público, porque é zero de rendas entenda-se. É zero de rendas pagas para amortização do edifício.

Portanto não é uma cedência a título oneroso, é uma cedência a título gratuito. Porque se considerarmos oneroso o facto de se prestar serviço público, isso podia ser acautelado se fosse uma concessão em regime de serviço público. E muito sinceramente, digo-vos já, eu e há pessoas que eu conheço, que estariam muito interessados nesta concessão. E quem ganharia a concessão seria aquela que à partida pagaria maiores rendas anuais à Câmara. Mas por outro lado pergunto: (prontos é um parceiro estratégico) mas o que é que esse parceiro estratégico traz à gestão e à organização de feiras e exposições? Que experiência é que a AIDA tem neste eventos? Quem tem experiência é a Câmara. A Câmara é que organiza os três principais eventos (Feira de Março, Agrovouga e Feira do Artesanato).

Relativamente aos custos de cada uma das pessoas que lá vão meter (não sei se vocês viram, os Directores Comerciais, os Directores Financeiros) parece-me que aquilo foi feito à medida...

Eu só vos digo uma coisa: se nós acreditarmos neste ‘estudo’ que aqui está, temos de ter em atenção uma coisa, o valor daquele negócio (e isso está aí) são 490.908,00 euros — por 50% desse negócio a AIDA vai pagar qualquer coisa como 37.500 euros (sete mil e quinhentos contos)!? De facto parece-me excessivo — excessivo em benefício da AIDA.”

Vogal José Costa (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Bem, como aqui foi reconhecido por várias intervenções o risco é baixo, o negócio pode ser bom e portanto, parece que o nosso problema é esse. É que estamos perante uma oportunidade de rentabilizar o Parque de Feiras que pode ser excessivamente generosa em relação aos parceiros e designadamente em relação à AIDA.

Eu gostava de dizer que a selecção da AIDA fez-se com toda a naturalidade. Como imaginam nós não podemos fazer um concurso público para seleccionar a “Associação” que melhor represente as indústrias do distrito de Aveiro, porque só há uma. E de facto, aqui a questão da selecção do parceiro, tendo em vista a natureza do produto que estamos a falar, não se coloca. Não se coloca. Podíamos ter associado também a Associação Comercial de Aveiro, é verdade. No contexto em que se encontrava a Associação Comercial de Aveiro isso não foi julgado conveniente, nem necessário. Porque realmente não são feiras de produtos, não são feiras comerciais no sentido do comércio de retalho aquelas que se fazem lá. São feiras de cariz industrial. E a Empresa pode (e tem autonomia para isso) depois ir buscar os clientes e as iniciativas que entender.

O parceiro estratégico não era de facto outro senão a Associação Industrial. E portanto há aqui uma escolha que tem essa motivação e que não há outra. Agora, saber o que a AIDA vai conseguir com uma gestão bem conseguida destes indicadores é excessivo? Eu acho que não. Eu acho que a remuneração que a AIDA possa ter por um lado e o benefício que a região de Aveiro possa ter se a gestão deste equipamento for bem sucedida, é um bom preço (digamos assim) a pagar para que aquele equipamento e toda a região se possa afirmar e para que as nossas indústrias possam dela beneficiar. E toda a economia da região.

Portanto, eu diria, não temos que nos preocupar muito com a remuneração que a AIDA possa ter. O que é importante é, também, não perdermos de vista que a Câmara vai ter uma remuneração. Que só ainda não está afixada (e para responder a uma questão aqui colocada por várias entidades), mas vai sê-lo no momento da assinatura do contrato de programa subsequente à aprovação eventual desta criação da empresa.

Porque tem que ser quantificado também (e aí há ainda um trabalho a fazer) os eventos que estão associados e que devem ser subsumidos no conceito de serviço público. Se a Câmara pedir ou impuser (nesse contrato programa) à empresa que organize a Feira de Março, a FARAV, recepção ao caloiro, e por aí fora, isso são custos que tem no funcionamento da Empresa que devem ser imputados no custo do serviço público — e depois desses custos determinados é que podemos fixar o valor de renda para ela não ser fixada no ar.

Em todo o caso a folga, como podem verificar, é suficientemente ampla para que a viabilidade não esteja de modo nenhum posta em causa. Mas é só esta razão que faz com que a remuneração, a renda, deste equipamento não apareça já fixada.

O Regulamento de Taxas. É uma boa questão. Eu creio que a Empresa deverá praticar preços adequados ao mercado. Há um mercado deste tipo de equipamentos e de produtos, como o deputado Manuel Coimbra alertou e bem. Nós temos vários outros equipamentos de menor dimensão aqui na região e alguns de dimensão equivalente lá mais para sul e é preciso que a gestão consiga identificar qual é o nicho de mercado. Que eu não sei se tem que ser regional, porque hoje em dia como sabemos as distâncias valem muito pouco e nós podemos ter aqui feiras não apenas de produtos que se associem de alguma forma à nossa região, tudo depende, tudo depende, e não gostava de ser aí muito limitador.

O que pode acontecer realmente é que se este equipamento for bem gerido e se for uma aposta ganha, alguns equipamentos de menor dimensão que estão trinta, quarenta, vinte quilómetros, onde se organizam neste momento feiras muito regionais, possam ter algumas dificuldades. Mas isso é um problema que é dos outros, eu diria. Aveiro tem obrigação de se afirmar como pólo industrial e disposições de referência e estas coisas tem que ter alguma escala e alguma dimensão. É provável que algumas feiras que eu não quero designar, a certa altura sintam dificuldades porque o Parque de Feiras e Exposições de Aveiro é tão bom e consegue gerar tanta atracção, que não há mais espaço para outro tipo de feiras pequenas e sem significado e sem número de visitantes e de expositores e de novidade. E, portanto, nós temos que concorrer com algumas dessas feiras e exposições que há mais para Sul e para o interior, e temos que encontrar a nossa posição nessa concorrência. É concorrência. Digo que é concorrência que tem que ser feita e que deve ser feita para que nos afirmemos nesse quadro.

De resto gostava só de dizer que, em relação aos estacionamento, e partilhando algumas das observações feitas pelo Senhor Armando Vieira, se calhar devia de estar mais uns dois quilómetros lá, no sentido do eixo estruturante, lá para cima. Mas enfim, julgo que como a explosão demográfica também abrandou, nós temos uma boa localização para os próximos vinte, trinta anos — e sendo certo que os estacionamento vão ser feitos. Não puderam ser feitos, mas não é por falta de projecto e de desenvolvimento do projecto. Não estão feitos porque não houve oportunidade de desbloquear ali alguns terrenos, mas está previsto o

espaço para estacionamento, para a duplicação dos pavilhões se fosse necessário, e espero que nos próximos meses se a situação melhorar que esses estacionamentos venham a ser feitos a contento de todos.

Depois deixe-me dizer lhe Dr. Manuel Coimbra, uma vez que estamos na época do futebol, apetece-me responder como o Scolari: “eu só tenho mesmo sorte, não trabalho nada, é só sorte — e alguns títulos vamos conseguindo pelo caminho”. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu penso que o Senhor Presidente da Câmara trouxe aqui algumas precisões àquilo que vem, mas que contraria aquilo que nos foi dado.

Em primeiro lugar, a pergunta que eu lhe fiz foi: o que é que a AIDA traz neste negócio? Aquilo que nós economistas chamamos à cadeia de valor de negócio. E não conseguiu explicar. Nada, zero! Não tem experiência. O que eles são é representantes dos industriais da região. Mas será que um Parque de Exposições daqueles é só para os industriais da região? Será que os comerciantes da região não funcionam? E por exemplo: uma das feiras fundamentais não é uma feira sobre agricultura? Não é a Agrovouga? Será que a Agrovouga para além dos representantes ... enfim, não vou por aí.

O que o Senhor Presidente disse (e eu espero para ver) é que irá ser estabelecida uma renda. Ó Senhor Presidente, eu acredito que seja, mas este ‘estudo’ é em tudo contrário a isso. É em tudo contrário, porque se fosse, se este estudo previsse a existência de uma renda (a menos que esteja muito mal feito) teria de prever aqui as simulações de rendas nas demonstrações dos resultados e obviamente nos balanços previsionais.

Mas mais, tem escrito taxativamente que não há renda!? Porque se nós lermos (e peço ao Senhor Presidente da Assembleia que me deixe ler aqui), se lermos aqui um parágrafo na página dois do enquadramento diz pura e simplesmente “para o município poder ver remunerado o seu capital, parece aceitável que ceda o equipamento à empresa a título oneroso”. Muito bem. Até porque é assim: aquilo que a AIDA vai ter de lucro a mais, tem a Câmara de recebimento a menos como renda. Quer dizer: a taxa interna de rentabilidade aceitável para um negócio deste tipo, com um Beta destes, seria por exemplo 8%, 9%. Mas para eu ter uma TIR de 8%, 9%, eu já podia pagar rendas de quatro, cinco mil contos por ano, seis mil contos.

Mas o que diz aqui é o seguinte: “para o município poder ver remunerado o seu capital, parece aceitável que ceda o equipamento para a empresa a título oneroso, estipulando uma remuneração periódica por tal cedência. É uma forma do município ver parcialmente compensado o seu esforço de investimento”. Muito bem. Sublinho e com todo o ênfase. Agora diz o seguinte: “como pressuposto, este custo anual (ou seja a suportar pela empresa), deverá ser considerado no âmbito da contrapartida de organização de um conjunto de eventos integrados no serviço público a prestar, sendo certo que nessa organização de um conjunto de eventos inclui a Feira de Março, a Farav e a Agrovouga” — que são tipicamente aqueles eventos que mais lucro darão à empresa a criar.

Então, como é óbvio, está aqui escrito que não vão pagar nada de renda a título oneroso, quando muito podem fazer umas feiras ou uma recepção dos caloiros ou não sei quantas mais como contra partida. E eu, como aveirense, de facto não me sinto muito bem.

Foram os aveirenses que fizeram o investimento dos 17 milhões de euros; são os aveirenses que vão ter que pagar ainda parte daquilo que não foi pago na altura própria; e seria bom que não fosse assim entregue para alguns usufruírem e os outros pagarem.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

(Saiu da sala a Vogal Maria Fernanda Santos Henriques Cunha)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Só para tentar dissipar as últimas dúvidas que foram apresentadas. O que é que a AIDA traz? Eu penso que nós todos percebemos o que é que a AIDA traz, que mais nenhuma entidade pode trazer! Traz o facto de ter consigo, como seus associados, dezenas e dezenas de empresas dos mais variados sectores industriais do distrito de Aveiro. Com todas as sinergias, competências, que podem trazer a este projecto, sentindo o projecto como seu e criando de facto um universo de influência que pode ser absolutamente decisivo para o sucesso de um projecto como este.

Eu recordo que fazem parte da AIDA empresas que são líderes nacionais, que são líderes ibéricas, que são líderes mundiais, nas mais diferentes áreas e sectores e que nós não podíamos...de facto tivemos a sorte de ter uma Associação Industrial tão forte como esta, respeitada no meio empresarial e no meio associativo e inter-associativo nacional — é essa a mais-valia que a AIDA traz. É de facto, trazer para o seio deste projecto os agentes mesmo, os principais interessados, para além do público em geral, os agentes económicos que tiram partido activo e passivo destas feiras industriais, para além dos outros eventos. Portanto, a AIDA traz-nos a parceria estratégica fundamental e não é o menos.

Claro que há feiras de indústria, há feiras vocacionadas para a agricultura, e há outras que nem feiras são, mas tudo bem. Até podíamos lembrar que boa parte da agricultura hoje em dia é industrial. Há indústrias poderosas do agro-alimentar que também estão presentes, mas enfim isso são já considerações marginais.

Porque é que não fomos para outros modelos? Eu devo dizer que fizemos um estudo que analisou todos os modelos. De facto eles não foram distribuídas, mas todas as outras possibilidades de associação foram estudadas e por uma razão ou outra, seja argumentos de índole jurídica, seja argumentos de ordem mais política se quiserem, foram sendo afastadas.

Por exemplo, nós não nos interessava pura e simplesmente alhear-nos da gestão do projecto e entregar por concessão a uma empresa privada que fosse fazer a gestão como bem entendesse, respeitados os critérios da concessão. Não nos interessava isso, justamente, porque pensamos que dada a importância do equipamento e a importância estratégica que pode ter, que a Câmara deve acompanhar a gestão.

Depois reforçar a ideia de que, como dizia o Raúl Martins “taxas de rentabilidade destas já não se usam, normalmente terão 7,8 por cento”. A folga existente entre aquilo que é uma taxa de rentabilidade interna normal e aquela que aqui é prevista é suficientemente grande para nos permitir no momento do contrato-programa e depois definidos os custos e implicações da prestação do serviço público, nós pudermos fixar essa renda. E portanto, ficarmos um bocadinho mais além do que a mera realização gratuita das feiras que dão prejuízo. E as que dão lucro, como dá a Feira de Março, se houver muitos lucros eu queria recordar a todos que a Câmara fica com 51 por cento. Portanto vai poder deliberar sobre a aplicação dos lucros se for esse o caso. Em resumo, parece-me que estão criadas as condições e os requisitos da lei, demonstrada a viabilidade económica financeira.

Podemos ter aqui algumas dúvidas sobre alguns aspectos, mas penso que ninguém tem dúvidas reais consistentes, fortes, sobre a viabilidade económica financeira da empresa que estamos a propor. E é um modelo misto. Parece-me o modelo adequado à importância

de uma presença pública na gestão daquele equipamento, dotada de todos os mecanismos e meios que a legislação permite, para ter uma gestão mais flexível. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa:

“Está encerrada a discussão, vamos votar. Diz a Lei o seguinte no artigo 53.º “Compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara: alínea l) municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e aprovar os respectivos estatutos” — é isso que nós estamos a autorizar. Autorizar o município nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os respectivos estatutos. Estamos a autorizar o município (que é a Câmara) a fazer isso. É isto.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 2. Criação da Empresa Municipal do Parque de Exposições de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (PS15+PSD3), onze abstenções (PS1+PSD7+IND3) e sete votos contra (PSD1+CDS5+PCP1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

António Salavessa (PCP)

“Votámos contra a criação desta empresa municipal porque já votámos contra a proliferação de empresas municipais prevista no Plano Plurianual da Câmara Municipal. Porque a criação desta Empresa Municipal não está suficientemente justificada e o que se propõe com esta Empresa Municipal é passível de ser concretizado no quadro institucional hoje existente.

Também, porque são desequilibradas as relações que se estabelecem com o outro sócio — e desequilibradas em desfavor do município. Porque seria possível constituir um bloco de sócios minoritários que representasse um leque mais alargado dos interesses económicos e sociais da nossa região.”

Armando Vieira (PPD/PSD)

“Votei a favor, por entender que este tipo de decisão vai ao encontro daquilo que é o meu pensamento sobre o desenvolvimento do concelho de Aveiro. E, por entender também, que o parceiro institucional encontrado a meu ver é o melhor parceiro. Contudo, entendo, que os estatutos devem merecer (sem desvirtuar os princípios) algum aperfeiçoamento e aprofundamento.”

João Barbosa (PS)

“Eu abstive-me, só porque acho que a formação da Assembleia-geral é esquisita. Porque no mínimo deveria ser constituída por três pessoas.”

Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“A bancada do PSD absteve-se, maioritariamente, pelas seguintes razões: a proposta de criação da Empresa Municipal do Parque de Feiras e Exposições, mostra inoperância da Câmara Municipal de Aveiro na rentabilização de um equipamento que deveria ter sido potenciador da economia da região de Aveiro, mas que se tem limitado à realização de pouco mais dos que os eventos já realizados no anterior Parque Feiras.

O PSD considera que este momento não é o momento certo para a criação desta Empresa Municipal. Vivemos um tempo em que a Câmara de Aveiro está descapitalizada e não tem condições para dotar esta infra-estrutura dos equipamentos que ainda lhe faltam para estar concluído nomeadamente, o espaço para estacionamento e os outros dois pavilhões ainda não foram construídos.

O PSD considera ainda, que a AIDA é um parceiro ideal e prestigiante para a percussão dos fins a que o Parque de Feiras de Exposições se destina. A ponderação destes pontos e a não apresentação de cenários alternativos não permitem que nos sentamos confiantes no sucesso, para que entusiasticamente por maioria votarmos a favor — daí a nossa abstenção.”

António Granjeia (CDS/PP)

“O Grupo Municipal do CDS/PP votámos contra por não considerarmos respondidas as perguntas por nós formuladas e por também entendermos que deveriam ser consideradas outras alternativas no ‘estudo’ apresentado. Esclarecemos que nada nos move contra o parceiro institucional AIDA. Também achamos que os Estatutos deveriam ser bastante melhorados.”

Continuando o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia, retirar da ‘Ordem do Dia’ o Ponto 3. Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a comissão municipal para a concessão das autorizações de instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio (cfr. Lei 12/2004, de 30 de Março), sendo aprovado por unanimidade.

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho.

Eram 00:30 horas do dia 03 de Julho de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)